

5

MARÇO, 1979

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO  
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

# CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

---

MARÇO DE 1979

Nº 5

---

## ARTIGOS:

O "CORONELISMO" E O "COMPROMISSO CORONELISTA":  
UMA CRÍTICA

*Paul Cammack* ..... 1

O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: O PAPEL DO ESTADO E O  
PROBLEMA DAS CRISES

*Carlos Eduardo Baesse de Souza* ..... 21

ESTRUTURA ECONOMICA Y SOCIAL DE LA MINERIA BOLIVIANA  
DE LA PLATA EN EL SIGLO XIX

*Antônio F. Mitre* ..... 45

POLÍTICA SOCIAL E REGULAÇÃO DE ALIMENTOS:  
PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES

*Marcos Antônio Estellita Lins de Salvo Coimbra* ..... 73

CAPITALISMO DE ESTADO NO PERU

*E. V. K. Fitzgerald* ..... 91

**ESCREVEM NESTE NÚMERO:**

PAUL CAMMACK, da Universidade de Oxford.

CARLOS EDUARDO BAESSE DE SOUZA, professor do Departamento de Ciência Política, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Concluindo o Doutorado pela Universidade de Wisconsin.

MARCOS ANTÔNIO E. L. DE SALVO COIMBRA, professor do Departamento de Ciência Política, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília.

ANTÔNIO F. MITRE, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em História pela Universidade de Columbia.

E. V. K. FITZGERALD, da Universidade de Cambridge.

☆

*As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.*

☆

**Endereço para correspondência:**

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG  
Rua Carangola, 288 – 3<sup>o</sup> andar  
30.000 – Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

# O Capitalismo contemporâneo: O papel do Estado e o problema das crises

*Carlos Eduardo Baesse de Souza*

## I

Este trabalho visa examinar como diferentes autores teorizaram a respeito de uma das características mais marcantes do capitalismo moderno: a crescente intervenção do Estado na economia. Suas perspectivas e enfoques teóricos variam imensamente. Para uns, a intervenção estatal na economia significava uma intromissão intolerável no domínio da livre empresa e prenunciava uma restrição generalizada das liberdades individuais. A intervenção estatal na economia seria, em suma, um primeiro passo na direção do totalitarismo. Para outros, a intervenção estatal era apenas um aspecto perfeitamente aceitável do capitalismo contemporâneo, instrumento desejável e indispensável se controlado por elites responsáveis, capaz de assegurar a tranquilidade e continuação dos mecanismos do mercado, sem seus elementos de fricção, incerteza e crise. Para isso se recorreria ao planejamento governamental racional, por intermédio das várias agências destinadas a garantir uma representação equilibrada aos vários grupos de interesse na economia do capitalismo moderno. Necessitava-se da intervenção do Estado para assegurar uma

regulamentação benigna (por exemplo, manter e expandir o volume da demanda agregada) do mecanismo do mercado em sociedades dominadas por uma pluralidade de interesses. A democracia pluralista era vista como o instrumento político garantidor das regras do jogo, capaz de criar um complexo sistema de controle e equilíbrio, que asseguraria uma chance de sobrevivência aos pequenos, ante o impacto de empresas todo-poderosas. Neste esquema o Estado é visto como regulador da anarquia do mercado, garantia de um volume adequado de demanda agregada, sede da democracia pluralista e agência de planejamento que visa assegurar a expansão do crescimento econômico.

Uma terceira perspectiva vê a intervenção do Estado em economias capitalistas modernas como *inevitável*, causada pelas contradições internas inerentes ao capitalismo, pela incapacidade do sistema de mercado livre de funcionar se abandonado à própria sorte, pela tendência inevitável ao desenvolvimento de crises devidas à própria lógica de funcionamento do sistema. A intervenção estatal, especialmente na era pós-keynesiana é um instrumento para evitar crises. Mas a intervenção do Estado “soluciona” crises apenas temporariamente e ao custo de preparar o terreno para uma nova crise emergir de uma outra fonte. Ademais, a intervenção estatal é vista como um instrumento de classe, a ferramenta que a burguesia utiliza, na medida das necessidades, para manter sua posição de privilégio e dominação num sistema que já teria desmoronado de há muito não fossem os remendos artificiosos que tiveram de ser utilizados para postergar o aparecimento de crises de proporções catastróficas. Alguns autores dessa terceira perspectiva tendem, ademais, a concordar com as conclusões dos primeiros: a intervenção estatal em nosso tempo de crises conduzirá cada vez mais a formas autoritárias de governo, devido aos impasses estruturais do capitalismo. O Estado, em benefício da burguesia, cujo instrumento, essencialmente, ele é, *imporá* a sua solução das crises sobre as outras classes sociais. O Estado é, resumidamente, a agência através da qual se realizam modificações no modo de extorsão, distribuição e administração do excedente, sempre que essas modificações se fazem necessárias (dada a existência de crises) *a fim de preservar o sistema capitalista de exploração burguesa como um todo*. Portanto, uma concomitante da intervenção estatal nestas circunstâncias é a intensificação, nas dimensões econômica e político-ideológica, das expressões da luta de classe.

## II

Não há dúvida que a Friedrich A. Hayek cabe a honra de ser um dos mais destacados representantes da primeira corrente de pensamento. Seu

livro *The Road to Serfdom*<sup>1</sup> apareceu em 1944 com enormes repercussões nos círculos intelectuais e acadêmicos. O livro é, confessadamente, uma obra mais política do que propriamente um tratado erudito sobre as inter-relações entre o Estado e a economia no capitalismo moderno. É um livro político no sentido de que o autor tem um argumento ideológico para apresentar antes que resultados de uma pesquisa científica. É interessante observar que Keynes emite sua opinião a respeito do livro nos seguintes termos: “Em minha opinião é um grande livro. . . Moral e filosoficamente estou de acordo com praticamente todo o conteúdo do livro”<sup>2</sup>. Pode-se ver que Keynes reservou-se o direito de não passar julgamento sobre o *valor científico* do livro. Como um dos mais eminentes arquitetos das modernas intervenções estatais planejadas na economia, Keynes não podia deixar de ter reservas quanto ao mérito científico do livro de Hayek. A época em que este livro aparece dá uma pista do porquê do sucesso (medido pelo número de edições) do livro, cujo valor científico se discutirá mais abaixo. 1944 é o ano em que se consolida gigantesco esforço em escala mundial destinado a esmagar a máquina nazista que representa, entre outras coisas (principalmente para Hayek), um rígido e altamente centralizado sistema de intervenção estatal, que impôs um brutal regime totalitário de controle econômico e político. Esse é também um ano importante na história de um outro sistema de controle rígido e centralizado das atividades econômicas: o da União Soviética. O ano de 1944 marca o começo da derrocada dos exércitos alemães na frente oriental ante a tremenda ofensiva soviética que, com força irresistível, empurra de volta ao coração da Alemanha as tropas invasoras. A União Soviética começa a fazer sentir sua presença e seu poderio em todo o mundo.

Os dois regimes totalitários em luta caracterizam-se por rígido controle estatal das atividades econômicas. Entretanto, nas democracias capitalistas ocidentais o Estado, através de vários mecanismos e agências, faz sentir sua presença cada vez mais como regulador e planejador da vida econômica, mesmo nos EUA onde a *ideologia* da livre empresa reina soberana e a própria *idéia* de planejamento central sob qualquer forma é recebida com manifestações de inquietação e desagrado por parte das mentes liberais. Portanto, o clima político tem que ser tomado em consideração se se quer compreender o impacto do livro de Hayek que aparece uns quinze anos depois da Grande Depressão, depois de Keynes, depois da New Deal e depois que a intervenção estatal nos EUA já tinha produzido uma TVA.

Hayek afirma que o destino da Alemanha prenuncia a tragédia que se reserva para todo o mundo caso o expansionismo estatal continue descontroladamente. Ele admite e defende a *regulamentação* estatal no caso, por exemplo, das utilidades públicas, mas opõe-se completamente à propriedade esta-

tatal. Insurge vigorosamente contra a propalada “inevitabilidade” do planejamento estatal. Denuncia-o como incompatível com a democracia e o regime da lei. “Não há outra possibilidade a não ser a ordem governada pela disciplina impessoal do mercado ou aquela dirigida pela vontade de uns poucos indivíduos”.

Afirma também a inevitabilidade da desigualdade “se é que há de haver liberdade”, acrescentando que a alternativa é a “igualdade na escravidão”. Ele prefere ignorar o fato óbvio de que o grau de desigualdade, mesmo nos E. U. A., é também uma medida do grau de liberdade de escolha de vida que possuem os segmentos mais destituídos da população. Continua a insistir, todavia, que há um limite na quantidade de planejamento que uma democracia pode absorver e ainda manter seu caráter democrático. É justo admitir que Hayek não é um teórico rígido e doutrinário do *laissez-faire*, uma vez que admite uma medida “tolerável” de planejamento. Admite, por exemplo, um sistema limitado de assistência e previdência social. Mas aponta as baterias de sua crítica contra a economia planificada. Vê o Estado nas economias centralmente planejadas como o maior dos monopolistas, contra o qual o indivíduo se encontra absolutamente desprotegido e sem poder. Especulando sobre uma ordem mundial de economias centralmente planejadas Hayek chega à conclusão de que seu resultado no campo do comércio internacional seria, inevitavelmente, a estagnação e o empobrecimento geral.

Hayek prefere ignorar a evolução do planejamento nas sociedades capitalistas modernas. Porque os socialistas têm planejamento, o próprio termo torna-se contaminado aos olhos de Hayek. Ele, então, prefere ignorar as inúmeras agências de planejamento nas democracias capitalistas ocidentais, e o papel que a administração da economia desempenha na manutenção de um funcionamento menos caótico do sistema econômico. Para Hayek a única fonte de liberdade humana é o mercado livre. Desse modo ele tem, obviamente, de ignorar, para benefício de sua argumentação, o mundo dos monopólios, cartéis, depressões, concentração econômica, dominação e exploração. É necessário ignorar, também, a existência do poder econômico que se manifesta no controle sobre o emprego, salários, preços e as condições de vida e de trabalho. O fato de que qualquer sociedade comprometida com os objetivos de segurança externa, ordem, justiça, bem-estar, liberdade, etc., deva de alguma forma, planejar como intervir na economia a fim de alcançar esses objetivos, não o comove minimamente. Em sua veneração de um *esatus-quo* que já passou Hayek ignora o tremendo potencial de desenvolvimento da personalidade humana, da liberdade e das potencialidades criativas que adviriam do planejamento consciente da *técnica* (e não da *dominação*) numa sociedade verdadeiramente democrática.

Hayek conseguiu ignorar a realidade de seu tempo. Hoje, o planejamento e a intervenção estatais na economia são condenados apenas, *entre os defensores do capitalismo e da livre empresa*, pelos demagogos que, em épocas de crise, esperam comover corações e mentes com denúncias de “estatização” indesejável do sistema de livre empresa. Este argumento, que pode ter um certo apelo para a pequena burguesia e certos setores das camadas urbanas destituídas não passa, sobretudo nos Estados Unidos, de um estratagema puramente eleitoral (ainda que o político acredite na sua verdade) sem possibilidade de conseqüências práticas. A era do individualismo desenfreado do *laissez-faire*, já está enterrada há algum tempo. O capitalismo competitivo foi substituído pela competição dos monopólios. O planejamento é uma característica essencial do capitalismo moderno.

### III

A segunda corrente de pensamento toma por dada a afirmação final acima. Seus autores podem ter opiniões contrastantes sobre o impacto e conseqüências de intervenção e do planejamento estatais na economia, mas não questionam sua sabedoria e necessidade. O planejamento é algo para ser compreendido e explicado, não para ser exorcisado.

O livro de Andrew Shonfield *Modern Capitalism* é uma introdução muito útil e um sumário conveniente do problema das interrelações entre os setores públicos e privados da economia.

Para Shonfield, o capitalismo de nosso tempo é um sistema diferente daquele que funcionou até o desastre cataclísmico do início dos anos 1930. A diferença é devida precisamente ao fato de que o capitalismo é agora uma economia *administrada*. Shonfield reconhece a verdade básica que Hayek preferia não ver: que o capitalismo não é um sistema automático, auto-regulador.

Seguindo a linha formulada pelos teóricos do pluralismo democrático, Shonfield crê que o capitalismo é dirigido conjuntamente pelo Estado, pelas empresas gigantescas e pelas associações dos trabalhadores (*trade unions*). Em alguns países as *trade unions* são poderosas e atuantes (como nos E. U. A. e Suécia) e em outros são fracas e passivas (como na França, Alemanha e Itália).

Uma variável fundamental para explicar o desempenho capitalista é o *modo* pelo qual o sistema como um todo é administrado. Aqui a função do Estado é de importância decisiva. Examinando o papel que o Estado cumpre ao iniciar, promover e controlar a expansão econômica Shonfield verifica que na Alemanha, na França e na Itália o Estado assumiu uma posição

ativa e deliberada enquanto que nos Estados Unidos e na Inglaterra o Estado permanece restrito a um papel muito mais passivo. Esta diferença se manifesta como seria de esperar, segundo ele, numa taxa de crescimento do PNB bem mais elevada (de 4 a 5%) para as três primeiras nações desde o início da década de 1950, em comparação com uma taxa que não excede de 2 a 2 1/2% para os Estados Unidos e é ainda menor (1,7%) para a economia britânica, no mesmo período de tempo. Ainda mais, Shonfield atribui este fato a uma diferença de atitude: as nações anglo-saxônicas opõem-se muito mais firmemente ao intervencionismo estatal. A intervenção estatal não faz parte de suas tradições econômicas e, portanto, estas nações enfrentam uma oposição muito mais enraizada social e culturalmente ao planejamento e à intervenção, do que é o caso na Europa Continental.

Entretanto, apesar de resistências maiores ou menores neste ou naquele país, o capitalismo transformou-se desde o fracasso catastrófico de inícios da década de 1930 em um "grande engenho de prosperidade" através da expansão das atividades de intervenção e planejamento governamentais, que se tornam tecnicamente cada vez mais refinadas e complexas. Entre as muitas áreas da vida econômica em que a presença do Estado se torna sempre mais decisiva estão: a política fiscal e monetária; o controle centralizado dos sistemas bancários nacionais; o setor em expansão das empresas sob controle público; os setores de educação, previdência social e saúde que revelam a crescente preocupação do Estado com o bem-estar público. A compreensão desse novo aspecto intervencionista do Estado tem variado de país para país mas permanece o fato de que o planejamento nacional de longo alcance é uma característica permanente do sistema em nosso tempo, responsável pela coordenação das práticas públicas e privadas que induziram ao crescimento sustentado da produção.

As principais diferenças entre os países em termos da expansão do crescimento se explicam pelo fato de que nos Estados Unidos e na Inglaterra o Estado cumpre mais a função de um árbitro do que desempenha um papel ativo, e o planejamento governamental encontra-se ainda em sua infância, enquanto já se constituiu em atividade plenamente madura na França, na Itália e em outras nações capitalistas avançadas. Os aspectos essenciais do capitalismo moderno que Shonfield atribui à mudança de natureza do sistema devida à revolução pós-keynesiana são: um controle permanente do ciclo econômico (business cycle); a eliminação prática da depressão, do desemprego e dos antigos conflitos entre o trabalho e o capital (uma vez que agora tudo se resume a negociações na arena política constitucional relativas à distribuição dos frutos de um sistema cada vez mais eficiente e produtivo);

a tomada de uma posição *neutra* na economia por parte do governo, antes que uma aliança com o capital; perspectivas de prosperidade ilimitada para todos.

Shonfield impressiona-se profundamente com o planejamento francês. Ele afirma que a França é a mais influente expressão do capitalismo em sua nova roupagem. Demonstra que a tradição nacional francesa torna muito mais fácil para o governo intervir seletivamente nos negócios das empresas privadas. A história francesa de intervenção é muito mais antiga do que a das outras nações industrializadas, estendendo-se por um período de tempo que vem da Era Napoleônica até o atual *Commissariat du Plan*, que prepara os sucessivos planos quadri- anuais. Como ele demonstra, apesar de toda a retórica democrática, esses planos são rigidamente centralizados, constituindo-se no domínio privado de um grupo de tecnocratas que trabalham em íntima cooperação com banqueiros e industriais, e em isolamento com relação aos partidos políticos e sindicatos dos trabalhadores. Apesar disso Shonfield mostra-se muito favorável ao sistema francês de *metas exemplares* e às várias pressões de que o governo se utiliza para forçar firmas e empresas a acatar as linhas diretivas.

A Alemanha, que *retoricamente* se opõe ao planejamento nacional, desenvolve *de fato* uma política deliberada de intervenção central. Uma proporção extremamente elevada do mercado de capitais alemão está concentrado em apenas três grandes bancos.

Embora Shonfield forneça uma análise pormenorizada das tendências do capitalismo moderno e de suas conseqüências e ilumine a discussão com estudos de caso das grandes nações industriais, há um número de tópicos cuja *ausência* se faz conspícua em seu livro. Não há um só parágrafo dedicado aos sindicatos dos trabalhadores, à inflação ou ao sistema monetário internacional. É ainda mais revelador que em 1968, uma edição revista do livro, permanece basicamente otimista, acreditando que os padrões do passado não mais poderiam manifestar-se no futuro<sup>3</sup>. Sua fé na eficácia da nova economia, na administração do mercado e na manipulação das políticas monetárias e fiscais, mantém-se inalterável. Tudo isso, apesar de que os fatos já comecem a contradizê-lo: a crise do sistema monetário internacional já adquiria proporções razoavelmente dramáticas e o declínio do dólar já se tinha tornado um dos principais problemas econômicos.

As convicções e os prognósticos de Shonfield para o sistema mostraram-se indevidamente otimistas e prematuros, uma vez que em alguns poucos anos iríamos entrar numa situação de crise econômica, que se reconhece como a mais séria do sistema desde a tragédia dos anos 1930. E ainda não se pode afirmar que já se tenha encontrado solução satisfatória para os problemas.

Mas antes de examinarmos o significado, a extensão e algumas das causas da presente crise, continuemos a seguir os argumentos de outros autores que tomam por suposto que o capitalismo moderno é um sistema essencialmente diferente do primitivo capitalismo da era liberal.

## IV

Há um grande número de pesquisadores que estudaram o fenômeno da expansão e da complexidade crescente da função do governo. Vejamos alguns.

A obra *The Pluralistic Economy*<sup>4</sup> concorda com Shonfield em um ponto essencial: o governo tem contribuído para o crescimento econômico e para o desenvolvimento e aumento da riqueza nos E. U. A., numa amplitude muito maior do que a ideologia do liberalismo, do *laissez-faire* e da livre empresa é capaz de admitir. O livro prevê que o papel do governo continuará a aumentar no futuro. Como evidência disso apontam-se três fatos. Primeiramente, pelo menos 25% do produto nacional bruto dos E. U. A. é gerado pelas atividades do setor que não está voltado para o lucro. Este setor inclui tanto empresas privadas sem fins lucrativos quanto as agências governamentais. Em segundo lugar este mesmo setor é responsável por não menos de 40% de todos os empregos. Em terceiro lugar, os dois sub-setores que experimentaram uma expansão mais acentuada dentro deste setor foram os serviços de saúde e a educação.

O livro prevê uma taxa de crescimento mais alta para este setor do que para o das empresas privadas que visam lucro. Não que os autores creiam que o setor privado está ameaçado ou que a economia norte-americana encontra-se em perigo de ser gradualmente superada por alguma forma de economia socialista. Crêem apenas que o setor privado continuará a aumentar sua dependência com relação ao governo, de quem esperarão “orientação e estímulos”.

Entretanto, uma obra muito mais influente é *The New Industrial State* de J. K. Galbraith<sup>5</sup>. Este livro trata de um grande número de aspectos e problemas daquilo que Galbraith acredita ser um sistema econômico completamente novo: o do capitalismo americano.

Galbraith estuda o mundo da grande empresa e seu impacto na vida moderna: os sindicatos dos trabalhadores estão em declínio; os consumidores são prisioneiros manipulados da demanda induzida; o Estado serve os objetivos do sistema industrial; as quinhentas ou seiscentas maiores empresas detêm um nível colossal e completamente desproporcional de controle sobre os recursos da economia. Mas os argumentos mais provocativos que Galbraith introduz são de natureza diferente. Galbraith argumenta que ainda que os

recursos se encontrem concentrados, o mesmo não se dá com o poder. O poder na moderna sociedade capitalista não está mais nas mãos quer do empresário-capitalista tradicional quer da classe empresarial. Na moderna sociedade é a “tecnocracia” o repositário do poder. A tecnocracia inclui um vasto grupo de pessoas, incorporando todos que, em todos os níveis da hierarquia, trazem conhecimento especializado ou experiência ao processo de tomada de decisões numa firma. Ainda mais, a tecnocracia, como um corpo muito extenso e difuso que não detém propriedade da firma, pode funcionar sob circunstâncias que têm pouco a ver com a busca do lucro. A tecnocracia pode interessar-se mais por considerações de racionalidade, eficiência e expansão da empresa.

Galbraith argumenta que os E. U. A. possuem uma economia planejada. Ele deduz essa noção do fato de que a grande empresa pode “planejar” para o futuro sem temer quer as incertezas do mercado, que ela controla, quer a competição, que foi em grande parte eliminada.

Ademais, o Estado funciona como um aliado e torna o planejamento empresarial mais seguro, uma vez que ele controla a demanda agregada. Galbraith chega mesmo a comparar o planejamento nos E. U. A. com o da União Soviética, reduzindo toda diferença ao fato de que na União Soviética o Estado é a unidade básica de planejamento. O “novo estado industrial” é a realidade unificadora que determina a identidade fundamental entre as economias dos Estados Unidos e outras nações capitalistas avançadas e a da União Soviética e de outras nações socialistas menores. Em ambos os tipos de economia a administração (management), o planejamento e a tecnocracia são os traços fundamentais. A intervenção estatal nas sociedades capitalistas modernas se caracteriza basicamente pelas despesas governamentais, cujo objetivo principal é o de regular a demanda. Ele não deixa de notar que os gastos militares constituem o item mais importante dessas despesas, o que ele lamenta.

As principais teses de Galbraith são altamente discutíveis<sup>6</sup>. A separação entre propriedade e controle não é de modo algum um fato óbvio e incontroverso. Há evidência empírica suficiente para defender uma conclusão contrária. Na verdade a crença de que houve uma separação entre propriedade e controle deriva do trabalho de Berle e Means, realizado em 1932, segundo o qual a propriedade encontra-se tão amplamente distribuída que nenhum indivíduo ou grupo pequeno detém controle das ações que seja bastante para permitir o controle da firma. Outros autores demonstraram que a percentagem de propriedade acionária (10%) que Berle e Means estimaram como sendo necessária para assegurar o controle é por demais irrealista e que, de fato, o controle se obtém com percentagens muito inferiores. As



afirmações de Galbraith a esse respeito ignoram um corpo de pesquisas que negam as suposições de uma separação entre propriedade e controle.

Outro argumento não confirmado por investigações empíricas refere-se à suposta distinção essencial entre a classe empresarial moderna e o proprietário-capitalista de antanho. A suposição de Galbraith afirma basicamente que o moderno “manager” não sendo proprietário ou mesmo acionista majoritário, administra sua empresa não do ponto de vista estreito da maximização do lucro, mas tem em mente objetivos mais elevados, tais como a expansão e o prestígio da firma e sua contribuição a um abstrato “bem-comum”, aos interesses da comunidade. Pesquisas empíricas demonstram que as coisas não se passam exatamente assim. Primeiramente, entre as quinhentas maiores empresas a percentagem de proprietários individuais ou de grupos familiares (acionistas majoritários) que estão em posições efetivas de controle é muito maior (30%) do que aqueles que seguem Berle e Means gostariam de admitir. Tampouco se pode ignorar que os “managers”, mesmo não sendo acionistas majoritários, detêm uma percentagem não desprezível das ações e beneficiam-se de uma série de preferências na compra de ações. Encontram-se portanto, completamente comprometidos com o objetivo de maximização dos lucros, porque seus próprios ganhos pessoais estão em jogo. Ademais, os próprios objetivos que Galbraith atribui à empresa — taxas de crescimento e expansão permanentes — só se podem realizar na presença de fundo suficiente para investimento. E os fundos de investimento num sistema caracterizado pela acumulação privada só podem vir dos lucros realizados no mercado.

Outra objeção a ser feita a Galbraith refere-se à sua crença no poder da tecnoestrutura. A tese de Galbraith segundo a qual os “homens da cúpula” não exercem poder mas são, de fato, figuras cerimoniais que ocupam posições subordinadas no processo real de tomada de decisões relativamente aos técnicos e peritos é, no mínimo, esdrúxula. Nem nas empresas nem no governo se pode crer que o técnico seja o repositário do poder. Que o perito possa influenciar as decisões pode-se entender facilmente, mas seu papel com respeito ao poder é fundamentalmente passivo: ele detém o conhecimento técnico que o capacita a melhor cumprir as decisões que são tomadas numa esfera onde sua penetração é limitada.

O “sistema industrial” como traço essencial tanto do ocidente capitalista quanto do leste socialista é também uma simplificação excessiva que não se pode admitir apesar de seu valor superficial. Com essa noção deixam-se de lado as distinções estruturais muito mais fundamentais entre economias que aboliram a propriedade privada dos meios de produção e economias em que a acumulação privada continua a ser o traço distintivo. Simplesmente não é

aceitável identificar o planejamento das economias socialistas centralmente — planejadas com o planejamento econômico das nações capitalistas.

Galbraith, como muitos outros analistas contemporâneos da sociedade capitalista, também mostrou-se excessivamente otimista com respeito ao futuro: eliminação da escassez e da pobreza, expansão constante da economia, incremento nas atividades assistenciais do Estado, eliminação do desemprego (ou manutenção de um nível “tolerável” de desemprego estrutural) e eliminação da ameaça de depressão<sup>7</sup>. Não apenas não se eliminou completamente a pobreza da mais rica e poderosa nação capitalista, como o número de pobres continua a crescer, a economia encontra-se em crise (em alguns anos estagnação, em outros retrocesso, em outros alguma recuperação, seguida de nova estagnação, etc.), e o desemprego e a inflação encontra-se em nível alarmantemente alto.

O que é que não deu certo com o capitalismo contemporâneo? Como é possível que as previsões otimistas de alguns autores fossem abaladas em tão curto período de tempo? Que papel desempenha o Estado em situações de crise? Podem as crises originar-se pelas próprias ações do Estado? Como pode o Estado intervir para solucioná-las?

O restante do trabalho dedica-se a discutir algumas dessas questões. Mas, primeiramente, é importante definir como se configura essa situação de crise.

## V

A presente crise do sistema se caracteriza pela presença de fenômenos que, do ponto de vista da economia clássica são considerados contraditórios<sup>8</sup>. São eles: uma recessão duradoura, uma inflação estrutural e o desenvolvimento de uma crise no sistema monetário internacional.

A recessão se manifesta por um declínio da produtividade, um aumento no número de negócios falidos e um crescimento acentuado no desemprego. Estes fenômenos estão afetando, com intensidade variável, todas as grandes nações industrializadas da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão. Naturalmente, suas repercussões se fazem notar em todo o mundo.

A seriedade da inflação se percebe no fato de que nos principais países industrializados os preços cresceram a uma média de 14% em 1974. Os salários não têm acompanhado esse aumento dos preços com o resultado de que o poder aquisitivo dos trabalhadores tem declinado em termos reais.

A crise do sistema monetário internacional se manifesta por uma ruptura nos mecanismos de pagamento entre países, devida a uma deterioração na balança comercial e na balança de pagamentos das principais nações capi-

talistas e ao muito divulgado fenômeno do declínio do dólar como moeda de reserva internacional.

Quando falam de “crise do sistema” alguns autores referem-se simplesmente a isso: que a crise é inerente à própria natureza do sistema e que cada crise ameaça transformar-se numa grande depressão que, por causa de suas conseqüências políticas potencialmente explosivas, nenhum governo está mais disposto a tolerar. A característica básica do capitalismo, os ciclos de *boom* e de crise, continua tão presente como sempre, apesar de tudo que os apologistas do sistema andam dizendo desde a década de 1950, a década mais recente em que o capitalismo experimentou um crescimento singularmente dinâmico nos seus centros mais avançados. Trata-se do período de reconstrução econômica na Europa e de otimismo ilimitado em relação às perspectivas do futuro.

Os críticos do capitalismo argumentam que “a recessão é o capitalismo como sempre,<sup>9</sup>” que uma crise é a manifestação das contradições que são a própria essência do sistema e que periodicamente se manifestam de forma dramática. Ademais, alguns argumentam que uma recessão é periodicamente *necessária*, do ponto de vista do sistema, a fim de restabelecer os lucros e disciplinar a classe trabalhadora. Neste sentido o papel do governo é decisivo, porque é através da manipulação das políticas fiscais e monetárias que o governo pode imprimir a sua marca numa recessão.

Uma recessão é, claramente, um instrumento para *solucionar* um desequilíbrio mais sério. Mas a recessão não é o único aspecto da presente crise. Esta é complicada pela presença da inflação, do desemprego e da crise do sistema monetário internacional.

Mas, tudo que foi dito até aqui serve apenas para introduzir as questões: como começam as crises? Quais são as “contradições inerentes” do capitalismo que conduzem as crises? Que papel o governo desempenha numa situação de crise (isto é, como a ação governamental afeta a crise?).

Segundo Gordon, a taxa de emprego, o nível de produtividade e os preços são variáveis *derivadas* no capitalismo<sup>10</sup>. As economias capitalistas produzem para obter *lucro*, não para criar emprego. As empresas estão mais interessadas em seu rendimento do que no número de empregos que criam. Os lucros das empresas originam-se basicamente da mais-valia que as firmas extraem das massas trabalhadoras, isto é da diferença entre o valor da produção e os salários dos trabalhadores. Portanto, é essencial resistir às demandas de salários mais elevados por parte dos trabalhadores. Num período de *boom* há um movimento de investimentos muito dinâmico até que se esgotem as possibilidades lucrativas. Com a economia em pleno emprego a posição dos trabalhadores se fortalece e os salários começam a crescer porque os capita-

listas enfrentam uma oferta reduzida dos serviços dos trabalhadores. Através de sua organização política os trabalhadores tornam-se cada vez mais militantes e demandam maiores salários e os lucros dos capitalistas são diminuídos. Assim, torna-se imperativo do ponto de vista do capitalismo restabelecer a competição no mercado de trabalho e minar a militância dos trabalhadores. Uma recessão é, assim, a solução que satisfaz as necessidades do capital e que restaura a produtividade do trabalho, uma vez que os trabalhadores encontram-se agora numa posição desvantajosa e têm de submeter-se mais docilmente às exigências capitalistas de “eficiência” e disciplina. Em suma, as recessões restabelecem as bases de acumulação capitalista.

Há pelo menos dois fatores adicionais que ajudam a explicar a severidade da crise atual (uma recessão induzida não ajuda a explicar a alta taxa de inflação, uma vez que o resultado esperado seria um *decrécimo* nas tendências inflacionárias). O primeiro desses fatores é a *concentração* industrial. Uma característica saliente do capitalismo contemporâneo, como ressaltou Galbraith, é a presença de empresas gigantescas que controlam uma proporção desmesurada da riqueza econômica. Nos Estados Unidos calcula-se que as 100 maiores empresas controlam cerca de 50% de toda a riqueza industrial. Isto significa que as grandes empresas estão em condições de manipular os preços. O mecanismo de mercado não funciona eficientemente quando firmas gigantescas detêm o monopólio sobre vastas proporções da produção industrial. De fato, as empresas podem, numa situação de decréscimo da demanda, *aumentar* seus preços a fim de proteger seus rendimentos.

Isto nos ajuda a entender os descontos que a indústria automobilística norte-americana andou oferecendo aos consumidores: na verdade, as reduções de preço apenas restituíam uma *parte* dos *aumentos* que tinham sido efetivos durante as primeiras etapas da crise.

O segundo fator é a instabilidade internacional que se manifesta em um número de desenvolvimentos do pós-guerra que parecem ter, decisivamente, transformado a natureza da dimensão internacional do capitalismo. Um desses desenvolvimentos é a intensificação das rivalidades inter-capitalistas: a Europa Ocidental e o Japão são hoje sociedades industriais maduras e suas empresas gigantescas começam a alcançar as americanas. Outro desenvolvimento é a erosão do sistema internacional de dominação política e militar norte-americana. Ainda outro desenvolvimento é o fato de que as empresas maiores e mais dinâmicas têm penetração *multinacional* e tornaram-se capazes de criar uma série de mecanismos de transferências, manipulação de preço e controle de mercados com que conseguem escapular aos controles que uma nação tenta impor individualmente para os propósitos das estratégias anticíclicas keynesianas.

Não se pode compreender a presente crise sem que suas origens e consequências internacionais sejam levadas em conta.

A análise de Ernest Mandel ajudará a esclarecer este último aspecto. Segundo ele, o *declínio do dólar* resume a crise em seu caráter fundamental<sup>11</sup>.

A crise monetária é simplesmente a expressão de contradições muito mais profundas. A principal contradição que está na raiz da presente crise é a defasagem existente entre a tremenda capacidade produtiva das modernas nações industriais e o poder aquisitivo da classe trabalhadora. Entra aqui o *Estado*, que tem de garantir um nível adequado de demanda agregada. Através do gasto governamental deficitário estreita-se a brecha e evita-se temporariamente uma depressão, porque se cria poder aquisitivo na economia. As divisões pública e privada, dessa forma, se expandem. Através desse mecanismo, evitam-se depressões potenciais, mas sempre ao custo de uma inflação. Desde 1929 os E. U. A., passaram por cinco recessões e o dólar tem experimentado um declínio constante em seu poder aquisitivo.

A desvalorização contínua do dólar entra em contradição com o papel que a moeda norte-americana assumiu em 1944 na Conferência de Bretton Woods, que deu nascimento ao sistema monetário internacional do pós-guerra, ao FMI e ao Banco Mundial. Em Bretton Woods o dólar assumiu o papel de *meio de pagamentos internacional*, de uma *moeda de reserva internacional* ("tão boa quanto ouro"). Este papel requer a *estabilidade* do dólar a fim de que o sistema funcione adequadamente. Este requisito, obviamente encontra-se em contradição com a função do dólar como instrumento da intervenção do Estado na economia *nacional*. A intervenção estatal requer um dólar flexível, que se pode inflacionar continuamente.

Havia um evidente conflito que não podia deixar de ter consequências dramáticas. Uma vez que uma crise do sistema só se pode evitar ao custo de aumentar a inflação (e vice-versa, se o Estado decide parar a inflação, segue-se uma recessão como consequência) é evidente que o Estado defronta-se permanentemente com um dilema.

Em princípios da década de 1960 os efeitos potencialmente danosos desse problema ainda não se haviam tornado óbvios. A economia norte-americana tinha, desde o fim da Segunda Guerra, tornado-se indiscutivelmente dominante e a principal saída do dólar se explicava pelo fluxo maciço de capitais para investimento no exterior, dos quais mais de 40% se dirigiam à reconstrução das economias europeias. Este déficit na balança de pagamentos dos E. U. A. era, na verdade, um sinal de força da economia norte-americana. Significava acumulação de propriedade norte-americana no exterior e, no futuro, o retorno na forma de juros e dividendos. Durante todo este período

o dólar permanecerá, de fato, "tão bom quanto ouro" ajudando a expandir as reservas monetárias mundiais numa época em que a produção de ouro estagnava.

A falha no sistema era a tendência dos governos estrangeiros em trocar por ouro suas reservas de dólar. Isto não reflete uma preferência irracional por ouro como alguns sugeriram; simplesmente reflete o fato de que com a continuação do déficit na balança de pagamentos dos E. U. A., os governos estrangeiros estavam acumulando uma quantidade de dólares que ultrapassava as reservas de ouro controladas pelo governo norte-americano. A ininterrupta inflação nos E. U. A. minava, por sua parte, a função do dólar como *repositário de valor* (uma das funções do dinheiro) à medida em que seu poder aquisitivo continuava em declínio. A principal fonte do déficit na balança de pagamentos norte-americana não se encontrava nem na balança comercial, que continuava a apresentar superavit (os Estados Unidos exportam mais mercadorias do que importavam) nem no movimento de capital privado que se apresentava em equilíbrio (as exportações líquidas de capital se equiparavam à repatriação líquida de lucros sobre capital anteriormente investido no exterior). A origem do déficit se explica por a) ajuda governamental a países estrangeiros, isto é, o custo de manutenção das alianças imperialistas e b) despesas com as forças armadas norte-americanas no exterior; isto é, a manutenção de bases militares e a condução de operações militares no estrangeiro.

Havia, assim, uma situação contraditória de pujança e debilidade por parte do dólar que, em meados da década de 1960, deu surgimento a uma crise indistintável. Esta se intensificou imensamente pelo impacto cumulativo que lhe aportou a guerra do Vietnã. Financiou-se a guerra através de mecanismos inflacionários (o governo imprimiu maior velocidade às máquinas impressoras de dinheiro) porque seu caráter impopular e o movimento de restrição que se desenvolveu nos E. U. A. impediam o governo de criar ou aumentar impostos. A guerra teve também o efeito de reduzir à metade a taxa de crescimento da produtividade nos E. U. A. na segunda metade da década em relação à obtida no período 1960-1965. Isto se deve ao funcionamento a plena capacidade de muitas indústrias, à reabertura de fábricas menos eficientes e à redução de eficiência provocada por dificuldades industriais relacionadas com a transferência para a produção militar de recursos que, normalmente, se teriam destinado a investimentos produtivos.

Todos esses fatores e mais os sucessivos aumentos nos salários nominais (devidos ao crescimento da militância operária) ajudaram a explicar o relativo declínio na capacidade competitiva da indústria norte-americana no período. Outros desenvolvimentos no exterior ajudaram a montar este qua-

dro: imposição de controle salarial e outras medidas de austeridade na Grã-Bretanha e outros países europeus (com a finalidade, entre outras, de aumentar a capacidade competitiva de sua indústria); desvalorização da libra e do Franco (as mercadorias britânicas e francesas tornaram-se mais baratas); consolidação do MCB (ações protectionistas europeias em concerto visando proteger-se da competição externa); desenvolvimento das gigantescas empresas europeias e japonesas.

Como consequência de todos esses desenvolvimentos a balança comercial norte-americana sofre seu primeiro déficit do século em 1971 (US\$ 2 bilhões). Claro sinal de fraqueza relativa por parte dos produtores norte-americanos. E dentro deste contexto que temos de compreender as políticas econômicas da administração de Nixon e como e porquê a intervenção governamental daquele tempo e de agora tem-se mostrado incapaz de lidar eficazmente com as crises.

Os planos de "vietnamizar" o conflito se destinavam não apenas a abafar o movimento anti-militar mas também, a reduzir o peso financeiro da guerra. Na frente econômica a administração julgava aconselhável induzir uma recessão (restringindo o crédito, reduzindo os gastos públicos e forçando um superávit no organismo): o aumento no desemprego redundaria em redução nos ganhos salariais, restabeleceria as condições do lucro, fortaleceria a posição competitiva da indústria norte-americana e restabeleceria o superávit comercial.

A recessão induzida pelo governo não produziu o efeito desejado — a inflação continuou a corroer a posição internacional do dólar. No capitalismo moderno, esse fenômeno (recessão com inflação) é possível, como já se viu, devido ao enorme poder das grandes empresas frente ao mecanismo do mercado. Devido ao temor de que a recessão se transforme numa depressão em grande escala toda administração tem logo de recorrer a medidas *contrárias* o que, de fato se deu nos Estados Unidos, com o resultado de que as condições no sistema mundial se intensificaram. A crise do sistema monetário internacional atingiu o ponto de ruptura. Esperava-se que as outras nações capitalistas não tardassem a reagir.

Tornava-se evidente que a administração norte-americana seria levada a desvalorizar o dólar. A medida que aumentava a expectativa internacional com relação ao dólar, a atividade dos especuladores, agravando a crise, atingia níveis incontáveis. Em maio de 1971, o despejo de dólares em câmbio por moedas europeias mais fortes atingiu proporções tão maciças (US\$ 1 bilhão em apenas dois dias) que os governos europeus se viram forçados a instituir medidas para deter o fluxo indesejável de dólares sobrevalorizados. Essas medidas tiveram efeito apenas temporário e não puderam deter a frenética

atividade dos detentores de vastas quantidades de dólar, dos especuladores e das multinacionais. Já não se podia mais tolerar a inflação do dólar no contexto do antigo sistema monetário.

O reconhecimento do colapso do sistema veio em agosto de 1971, quando o Presidente Nixon anunciou o fim da convertibilidade do dólar em ouro, desvalorizou o dólar (através do artifício politicamente mais aceitável de permitir que sua taxa de câmbio "flutuasse"), instituiu controles salariais, impôs sobre-taxas às importações, e recomendou outras medidas destinadas a estimular a economia e terminar com a recessão.

Estas medidas envolviam sérios riscos. Os controles salariais ameaçavam provocar um confronto com a classe trabalhadora. O colapso do sistema monetário internacional ameaçava produzir sérias rupturas nas instituições creditícias do comércio internacional, podendo conduzir a uma verdadeira guerra de práticas comerciais mutuamente danosas reminiscentes das políticas do tipo "salve-se quem puder" que vigoraram durante a Grande Depressão. Após meses de confusão, alcançou-se um compromisso em dezembro de 1971. O acordo refletia as novas realidades, uma desvalorização efetiva do dólar em relação às outras principais moedas e uma revalorização do marco e do iene.

A desvalorização do dólar teve duas consequências: por um lado barateia as mercadorias americanas e restabelece sua competitividade no exterior ajudando a aliviar o déficit na balança de pagamentos através do incremento das vendas; por outro lado desencoraja a exportação de capital uma vez que cresce o custo de aquisição em dólar de propriedade no exterior. Como resultado permanentemente resalta o declínio do papel do dólar como moeda de reserva. No futuro os Bancos Centrais estrangeiros se mostrariam menos propensos a permitir uma vasta acumulação de dólares sob seu controle. Ainda não se alcançou uma solução permanente para o impasse. Alguns especialistas sugeriram a criação de uma nova moeda de reserva internacional que não tivesse circulação em nenhuma economia nacional, mas que fosse de uso exclusivo dos bancos centrais. Afirmam os técnicos que esta moeda, se administrada corretamente por um conselho internacional de ministros, eliminaria a falha fatal do dólar ou qualquer outra moeda nacional: inflação. Essa solução, para Mandel, é utópica. Pressupõe que um governo capitalista internacional possa existir independentemente dos estados nacionais. Isto é, supõe-se a abolição da rivalidade inter-imperialista. De fato, é a intensificação desta rivalidade que está na raiz da crise atual.

Mandel não vê nenhuma possibilidade de solução permanente para o problema dentro do marco do capitalismo e cre que o compromisso alcançado em dezembro de 1971 e todas as soluções paliativas (como os Direitos

Especiais de Saque) tentadas desde 1971 terão vida bem mais curta que o sistema instaurado em Bretton Woods. Recessões periódicas são inevitáveis; as nações capitalistas intensificarão seus esforços para expandir sua penetração no mercado internacional e aumentar os lucros das empresas (através de práticas destinadas a *forçar* o incremento da produtividade, aumentando a pressão sobre os trabalhadores, e políticas de controle salarial), e as contradições do sistema se acumularão até novo ponto de ruptura.

## VII

A situação descrita nas páginas precedentes coloca sob uma perspectiva crítica a sabedoria econômica tradicional acumulada desde a época da Grande Depressão e parece vaticinar, no mínimo, uma redução no otimismo das análises de inspiração keynesiana que prognosticavam prosperidade capitalista ilimitada, orquestrada pelo Estado.

Isto não significa negar a importância do planejamento e da intervenção governamentais. A intervenção estatal no capitalismo moderno chegou para ficar. Tanto os defensores quanto os críticos do capitalismo concordam com isso. O importante, entretanto, é definir a *necessidade* de intervenção dentro do marco capitalista, as *conseqüências* da ação estatal (em termos econômicos e políticos), e os limites à ação do Estado (uma vez que o traço distintivo do capitalismo continua a ser a propriedade *privada* dos meios de produção).

Este último ponto reconhece que a ação estatal no capitalismo moderno tende a *preservar* o sistema. Suas ações encontram-se limitados pelos parâmetros dentro dos quais o Estado pode operar legitimamente, dado o equilíbrio das várias forças (classes, grupos de interesse, grupos de pressão) que a qualquer momento podem exercer pressão ou de algum modo influenciar o processo de tomada de decisões econômicas<sup>12</sup>.

Em termos das necessidades do sistema, Magdoff e Sweezy crêem que o Estado tem de intervir a fim de produzir forças equilibradoras que se fazem necessárias para evitar a estagnação, que é a tendência natural do sistema. Ainda que os instrumentos financeiros possam, teoricamente, ser utilizados quer para inflacionar quer para deflacionar a economia, na prática eles quase sempre têm tendência inflacionária. Uma vez que o governo detém o privilégio de fazer rodar as máquinas impressoras, cada vez que surge um sinal de dificuldade financeira ou a possibilidade de um aumento de desemprego, o banco central vê-se sob pressão para injetar mais dinheiro no sistema. Magdoff e Sweezy mostram a tendência das finanças governamentais em se apresentarem crescentemente em deficit. Nos E. U. A. de 1945 a 1954 houve cinco

anos de deficit e cinco de superavit. Na década seguinte, 1955-1964, os anos de deficit foram sete e os de superavit, três. Nos nove anos que vão de 1965 a 1973 houve 8 deficits orçamentários e apenas um superavit. A tendência mais notável, entretanto, é o crescimento vertiginoso na *amplitude* do deficit. Nos primeiros quatro anos da década de 1970 o deficit cumulativo era 80% maior do que o deficit cumulativo dos quatro últimos anos da década de 1960. Os anos mais recentes também revelam um incremento notável na taxa de crescimento da oferta monetária, um dos elementos responsáveis por uma aceleração no aumento dos preços.

A utilização desses remédios governamentais não garantiu uma utilização plena da mão-de-obra e da capacidade industrial nos primeiros quatro anos da década atual à medida em que o desemprego continuava a aumentar e a proporção da capacidade industrial utilizada permanecia inferior neste mesmo período ao que se havia observado, em média, nos quatro anos precedentes. Em suma, essas medidas não foram capazes de produzir uma saída para o impasse que periodicamente atinge o sistema.

As necessidades de intervenção estatal são evidentes: o sistema ainda não voltou ao seu funcionamento "normal". Ademais, no momento em que a economia entrava em um de seus declínios regulares, o problema se exacerbava pela presença da crise energética, pela escassez mundial de alimentos que estimulou a demanda por excedentes agrícolas norteamericanos ocasionando internamente drásticos aumentos nos preços dos alimentos, e pela crise monetária internacional. Essa crise generalizada atingiu proporções que a distinguem claramente das várias pequenas recessões que atingiram o sistema desde a era de pós-Depressão.

Barraclough acredita que há evidências que indicam que o capitalismo está entrando em um longo ciclo de crises do tipo que foi identificado e estudado, pioneiramente, por Kondratieff. Os economistas tradicionalmente distinguem entre o ciclo de Kitchin de curto-prazo (quarenta meses), o ciclo intermediário (nove ou dez anos) de Juglar, e o ciclo de longo prazo de Kondratieff de aproximadamente cinquenta anos. Kondratieff baseou sua análise num estudo dos preços, salários, taxas de juros e outros índices das economias européias e americana, entre 1780 a 1920. Descobriu uma série regular de altas e baixas com duração aproximada de 25 anos para cada alta e baixa. O ciclo sobe, por exemplo, de 1789 a 1814, de 1849 a 1873, e de 1896 a 1920, e cai nos períodos intermediários.

Kondratieff previu o começo do novo declínio em 1921 que se desenvolveu na Grande Depressão. Se seus cálculos estão corretos (e supondo que eles ainda são válidos) o ano de 1971 marca o começo da próxima *baixa* de 25 anos. Não seria por mera coincidência que o ano de 1971 marca também

o ápice da crise do sistema monetário internacional. Um ponto importante a observar é que a longa duração do ciclo é perfeitamente capaz de incorporar os princípios keynesianos de controle de curto prazo da demanda agregada através de ações estabilizadoras. Como argumenta Barraclough, Kondratieff forçou-nos a ver a evolução do capitalismo em perspectiva histórica e a encarar a presente crise não como uma infeliz coincidência de acidentes isolados tais como a inundação de eurodólares, a cobiça dos Xequês árabes, os custos da guerra do Vietnã e as maquinações das todo-poderosas multinacionais. Embora estes e muitos outros fatores sejam componentes da crise, ela pode ser melhor percebida como uma fase específica de um fenômeno recorrente com paralelos no passado. O longo ciclo não é tampouco, apenas um fenômeno econômico. Ele inclui todas as facetas da vida social e produz importantes transformações sociais e políticas, inclusive uma forte tendência ao conservadorismo político na fase da baixa. Se Kondratieff está certo, a baixa se encontra em sua fase inicial e há ainda muito espaço para que as coisas se tornem mais difíceis.

## VIII

Que significa dizer que as coisas podem se tornar mais difíceis? Especificamente, que coisas podem deteriorar? Alguns autores sugerem que o que está em jogo é a própria democracia política das nações capitalistas avançadas. Depois da tragédia de 1929 uma depressão plena se tomou politicamente inaceitável. Os riscos de radicalização da classe trabalhadora são demasiado grandes. E uma depressão plena *poderia ser* uma alternativa para os impasses econômicos.

Mas, por quê seriam esses as únicas e igualmente lúgubres alternativas? Os autores que discutimos apontam contradições inerentes ao capitalismo e mostram como na ausência de um mecanismo estimulador (o Estado) o sistema tende para a estagnação. Mas, eles mostram também os efeitos adversos que este mecanismo estimulador possui, dos quais o mais grave é a aceleração da inflação. Para Magdoff e Sweezy a única saída do impasse seria reverter o papel de mecanismo estimulador por parte do governo, permitir que a recessão seguisse seu curso natural transformando-se numa plena depressão. Depois que a depressão se tiver tornado tão grave quanto necessário, as estruturas da dívida e dos preços, que sempre ocuparam o papel funcional de provocar pânico no funcionamento do capitalismo, serão deflacionadas, restaurando, assim o ponto de equilíbrio. A economia poderá então reiniciar o seu funcionamento numa situação em que as piores distorções e desproporções ocasionadas por décadas de inflação tiverem sido eliminadas.

Mas, como eles próprios argumentam, a solução é inaceitável. Em inícios da década de 1930 o sistema privado esteve tão perto de um colapso que uma repetição não pode ser tolerada. O remédio pode ser mais fatal que a doença.

Um movimento em direção ao conservadorismo político, em outras palavras, a imposição de um regime autoritário é o que outros estudiosos vêem como uma possível solução alternativa para o impasse. Skidmore apresenta alguma evidência de que os sistemas políticos abertos e competitivos têm imensa dificuldade em reduzir a hiper-inflação<sup>13</sup>. Todos os casos de estabilização bem-sucedida foram levados a cabo por governos autoritários. Embora o contexto para o qual ele escreve (América Latina) seja bem diferente e as nações industrializadas ainda não sofram o problema da hiper-inflação, permanecem alguns paralelos. Certos autores afirmariam mesmo que as nações subdesenvolvidas podem mais facilmente tolerar uma inflação galopante do que as nações avançadas podem tolerar um nível de inflação relativamente baixo (pelos padrões do primeiro grupo). O nível de inflação de vários países já se encontra intoleravelmente alto, por exemplo, na Inglaterra e no Japão. E as políticas governamentais destinadas a solucionar os problemas defronta-se com frequência, com becos sem saída nas dimensões econômica e política. Cada "solução" acarreta algum tipo de repercussão negativa e enfrenta a oposição de algum setor social.

Este último ponto leva-nos a considerar a questão dos limites da ação estatal em sociedades capitalistas.

## IX

O tipo de questão que interessa aqui refere-se à relativa importância das decisões *políticas* tomadas pelo *Estado* e as decisões *econômicas* dos bancos e outras entidades financeiras, pelos proprietários e gerentes das grandes empresas. Até que ponto e com que conseqüências a ação deste último grupo afeta a sociedade em geral? Qual o resultado quando os bancos aumentam as taxas de juro, as empresas reduzem a produção, investem em mercados externos, transferem capital de uma região para outra, aumentam os preços? Sem dúvida, o tecido social é atingido de diversas maneiras. Esclareça-se que a distinção entre a natureza "política" da ação estatal e "econômica" do setor privado é arbitrária uma vez que se encontram inextricavelmente interligadas e possuem conseqüências múltiplas que se influenciam mutuamente.

O'Connor acredita que a atuação política do Estado conduz a dilemas, para os quais não há solução, exceto as temporárias. Isto deriva do fato de que o desenvolvimento do capital monopolista conduziu a que se dependesse

da intervenção estatal para incentivar o processo de acumulação, enquanto que o próprio Estado assumiu diversas funções que não são necessariamente compatíveis e harmônicas. Apenas o Estado, como instituição social, é capaz de movimentar os recursos necessários para vários tipos de concessões às empresas, tais como as contribuições diretas e indiretas, o desenvolvimento da rede de transportes, e também para o treinamento educacional e técnico em larga escala, a previdência e a assistência social. Ao mesmo tempo o Estado desempenha mais uma função, como a agência que tem o papel específico de legitimar a ordem existente, de assegurar a lealdade pública ao sistema, de representar simbolicamente o interesse *universal*, em contraposição ao *particular*.

Como pode o Estado desempenhar todas essas funções quando os custos aumentam e os vários grupos não se mostram dispostos a arcar com a carga financeira? Os capitalistas não podem aceitar uma redução dos lucros, os operários exigem aumento de salários, e o público em geral exige melhores serviços sociais. Quem arcará com os custos? Como reagirão os vários grupos?

A intervenção estatal tem mostrado tendência em produzir um desvio inflacionário, que se revela como fonte de instabilidade interna e externa, dependendo do peso do país no contexto internacional. As soluções tentadas não se mostram completamente satisfatórias ou aceitáveis: esfriar a economia; impor controles sobre salários e preços; pressionar os trabalhadores para aumentar a produtividade. Ademais é extremamente difícil reduzir os gastos governamentais por causa de compromissos anteriores. Educação, previdência e assistência, transporte são exemplos do tipo de despesas que não podem facilmente ser reduzidas por causa das conseqüências politicamente perigosas. É também difícil reduzir despesas militares em parte por causa do poder que o setor privado produtor de armamentos adquiriu nas nações imperialistas, e devido ao próprio poder da corporação militar nas nações periféricas.

Deve-se manter em mente a complexidade das interrelações entre as realidades políticas e econômicas. Não ajuda a desemaranhar o problema, supor que há uma classe dirigente homogênea e que o Estado age em seu benefício. As frações burguesas são variadas e com interesses nem sempre compatíveis. Deste ângulo está mais em consonância com a realidade perceber o Estado como a agência que é capaz de *acomodar* (sem necessariamente "resolvê-las") as pressões contraditórias que emergem na dimensão econômica. Em sua função política de legitimação da ordem o Estado, a fim de não aliená-los, necessita levar em conta as pressões dos setores populares.

O último parágrafo é uma descrição extremamente simplificada do modo de operar de um sistema político liberal aberto. Esta forma de Estado está sendo submetida a um teste muito severo em nosso tempo. Seria catastrófico se Hayek estivesse certo, finalmente, ainda que pelas razões erradas.

NOTAS

- 1) Friedrich A. Hayek; *The Road to Serfdom*. The University of Chicago Press, 1944.
- 2) Andrew Shonfield; *Modern Capitalism – The Changing Balance of Public and Private Power*. Oxford University Press, 1970.
- 3) Shonfield, *op. cit.*, p. XIV.
- 4) Eli Ginsber, Dale L. Hiestand, Beatrice G. Reubens. *The Pluralistic Economy*. McGraw-Hill Book Co., 1965.
- 5) John Keneneth Galbraith; *The New Industrial State*. New American Library, 1972.
- 6) Cf., Maurice Zeitlin; "Corporate Ownership and Control: The Large Corporation and the Capitalist Class", *American Journal of Sociology*, vol. 79, nº 5, 1974.
- 7) Sobre isso ver sua obra *The Affluent Society*.
- 8) Cf. Manuel Castells; "The Crisis of World Capitalism in the Seventies", University of Wisconsin, Department of Sociology, Summer, 1975, mimeo.
- 9) Cf. David M. Gordon; "Recession is Capitalism as Usual," *New York Times Magazin*, April 27, 1975.
- 10) David M. Gordon, *op. cit.*
- 11) Ernest Mandel. *The Decline of the Dollar*. Monad Press, New York, 1974.
- 12) Ver Ralph Miliband, *The State in Capitalist Society*, Basic Books, New York, 1969 e Nicos Poulantzas, *Political Power and Social Classes*, NLB e Sheed and Ward, 1973.

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

- 13) Harry Magdoff and Paul M. Sweezy. "Keynesian Chickens Come Home to Roost," *Economy Power Failure – The Current American Crisis*, edited by Summer M. Rosen, McGraw Hill, 1975.
- 14) Geoffrey Barraclough. "The End of an Era", *The New York Review*, June 27, 1974.
- 15) Magdoff and Sweezy, *op. cit.*
- 16) Thomas Skidmore. "The Politics of Stabilization: Cause or Consequence of Authoritarianism in Latin America, "University of Wisconsin, November 1974, mimeo.
- 17) James O. Connor, *The Fiscal Crisis of the State*.